Seminário iLPF - Embrapa

Pagamento por Serviços e a experiência da Campanha 'Y lkatu Xingu



Marcelo Hercowitz marcelohz@socioambiental.org

Instituto Socioambiental



iLPF

- ✓ Alteração de modelo produtivo de uma produção convencional para iLPF CUSTOS \$\$\$
 - ✓ Diversificação de renda e agregação de valor econômico e socioambiental
 - ✓ Manutenção de serviços ambientais

SERVIÇOS AMBIENTAIS

Serviços prestados pelos ecossistemas que contribuem – e em alguns casos são imprescindíveis – para a manutenção do equilíbrio dos próprios ecossistemas e da vida na Terra.

SERVIÇOS AMBIENTAIS

As Nações Unidas* definem serviços ecossistêmicos da seguinte maneira:

"Serviços ecossistêmicos são os benefícios que as pessoas obtêm dos ecossistemas. Entre eles se incluem serviços de provisões como, por exemplo, alimentos e água, serviços de regulação, como controle de enchentes e de pragas, serviços culturais, como os espirituais, recreativos e benefícios culturais, e serviços de suporte, como o ciclo de nutrientes que mantém as condições para a vida na Terra".

PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

Direitos de propriedade, custos privados e benefícios sociais

iLPF → benefícios ambientais não sempre percebidos pelo mercado

Bens e serviços ambientais – bens livres, não possuem direito de propriedade

Geram benefícios sociais, mas os custos são privados

Modelos convencionais geram externalidades socioambientais negativas

PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS EXTERNALIDADES

"As externalidades são efeitos secundários gerados em decorrência de uma decisão tomada por um agente econômico individual que afetam outros agentes econômicos que não participam da decisão. As mesmas podem ser positivas ou negativas" (Hercowitz e Whately, 2009)

PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

EXTERNALIDADES

Os Pagamentos por Serviços Ambientais são uma forma de internalizar as externalidades ou, visto de outra forma, uma forma de compensar pelas externalidades positivas que proporcionam

O objetivo de se pagar pelos serviços ambientais é o de gerar um incentivo que influencie a tomada de decisão dos agentes que detêm a terra onde tais serviços são prestados, de tal maneira que optem por atividades não destrutivas destes serviços

PAGAMENTO OU COMPENSÇÃO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

- Transferências diretas de recursos financeiros
- Apoio na obtenção de créditos
- Isenções fiscais e tarifárias
- Preferências para a obtenção de serviços públicos
- Acesso às tecnologias e treinamento técnico
- Subsídios (Born e Talocchi, 2002)

INSTRUMENTOS ECONÔMICOS DE POLÍTICA AMBIENTAL – internalização de externalidades ou compensação por SA

- Taxas por exemplo, taxas de extração de água
- Cobranças cobrança pelo uso da água, pela emissão de esgotos e efluentes, por lançamento de água contaminada
- Subsídios
- Licenças comercializáveis
- Responsabilização por danos = multas
- Leilões

PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

Alguns pontos para reflexão

Valoração dos recursos naturais → é importante?

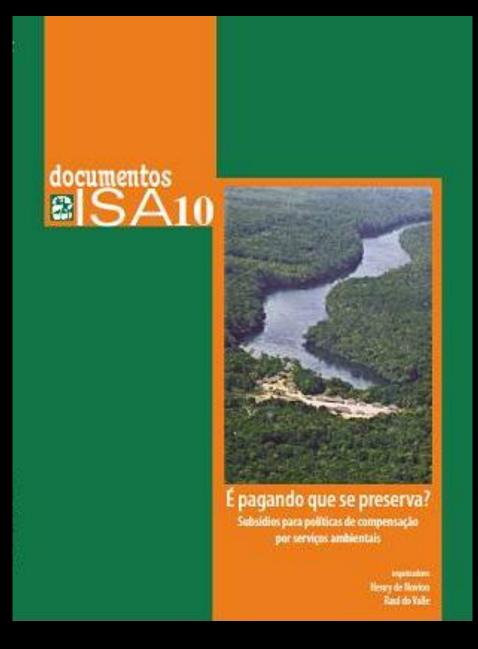
O mais importante é entender as condições socioeconômicas e ambientais que permitiram (ou permitirão) a manutenção dos serviços ambientais.

Os custos de mudança de modelo produtivo podem incorrer diferentemente em propriedades diferentes, embora o serviço ambiental gerado não esteja diretamente ligado a este custo

PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

Alguns pontos para reflexão

- Custos de transação altos
- Avaliação e desenho de modelo varia caso a caso
- Conhecimento técnico necessário aprender fazendo
- Arranjo institucional
- Política pública ou projetos pontuais

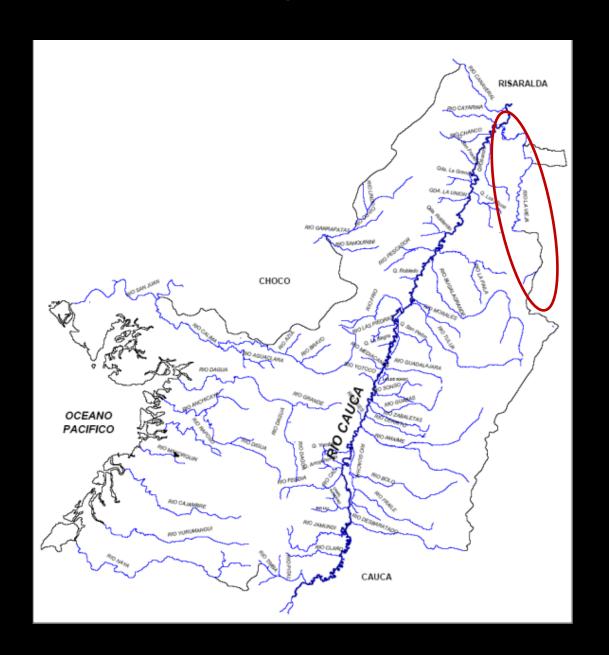


14 estudos de caso de PSA na América Latina

http://www.socioambiental.org/loja/

Enfoque integrado de silvicultura e pecuária para manejo de ecossistemas





Tipo de serviço ambiental remunerado

Hábitat para biodiversidade e seqüestro de carbono

Beneficiários

Proprietários de terra da Bacia do Rio La Vieja

- Queda na produção de café (depressão dos preços internacionais) nos anos 90 e conseqüente expansão da pecuária intensiva
- Pastoreio Intensivo, más práticas de manejo e altas declividades
- Impactos nos solos, nos recursos hídricos e na biodiversidade

- Ano 2001 o Banco Mundial/GEF aprovou o projeto para 3 países: Colômbia, Costa Rica e Nicarágua US\$ 8,4 milhões em 5 anos
- Em 2003 na Colômbia implantado pelo Centro para a Pesquisa em Sistemas Sustentáveis de Produção Agropecuária, com o apoio da Corporação Autônoma Regional de Quindío e da Câmara de Pecuária de Quindío.
- Incentivar a recuperação de pastagens com o enriquecimento de uma alta densidade de árvores, favorecendo a recuperação da biodiversidade, a captura de carbono, a regulação hídrica e a formação de corredores ecológicos.

- ❖ 110 propriedades na vertente ocidental da cordilheira dos Andes, 3.757 ha. dos quais 2.848 ha. totalmente abertos, com pastagem degradada e sem vegetação nativa.
- Além dos benefícios de projetos silvipastoris, os proprietários são beneficiados por meio dos produtos florestais não madeireiros (frutas, castanhas, azeites, madeira, etc.) e pelo aumento da produtividade da pastagem.
- Ainda que estes benefícios sejam importantes, não são suficientes para que um produtor adote as práticas silvipastoris

Como ocorre o pagamento:

- ▶ Determinação da linha de base com imagens de satélite cada propriedade recebe uma pontuação (uso do solo da propriedade x pontuação da tabela → quanto maior a conservação, maior a pontuação)
- Início do projeto: US\$ 10,00 por ponto obtido, sendo US\$ 500,00 o máximo permitido. Estímulo a quem já conserva.
- Monitoramentos por meio de imagens de satélite
- Cada ponto adicional à linha de base = US\$ 75,00 à US\$ 110,00, dependendo do contrato

Índice de Serviços Ambientais – varia de 0 a 2

Tipo de Uso	Índice de Biodiversidade	Índice de Carbono	Total
Cultivo de ciclo curto (grãos e tubérculos)	0	0	0
Pastagem degradada	0	0	0
Pastagem natural sem árvores	0,1	0,1	0,2
Pastagem melhorada sem árvores	0,1	0,4	0,5
Cultivos semi-perenes (banana ou café sem sombra)	0,3	0,2	0,5
Pastagem natural enriquecida com baixa densidade de árvores	0,3	0,3	0,6
Cultivo homogêneo de frutíferas (monocultura)	0,3	0,4	0,7
Banco forrageiro de gramíneas	0,3	0,5	8,0
Pastagem melhorada com baixa densidade de árvores	0,3	0,6	0,9
Banco forrageiro com lenhosas	0,4	0,5	0,9
Pastagem natural com alta densidade de árvores	0,5	0,5	1,0

Índice de Serviços Ambientais – varia de 0 a 2

Tipo de Uso	Índice de Biodiversidade	Índice de Carbono	Total
Pastagem natural com alta densidade de árvores	0,5	0,5	1,0
Policultura de frutíferas	0,6	0,5	1,1
Banco forrageiro diversificado	0,6	0,6	1,2
Cultivo de café sombreado	0,6	0,7	1,3
Pastagem melhorada com alta densidade de árvores	0,6	0,7	1,3
Plantação de madeiráveis diversificada	0,7	0,7	1,4
Floresta ripária ou ribeirinha	8,0	0,7	1,5
Sistema silvipastoril intensivo	0,6	1,0	1,6
Floresta secundária manejada	8,0	0,9	1,7
Floresta secundária	0,9	1,0	1,9
Floresta primária	1,0	1,0	2,0

Pontos relevantes:

- Incertezas o projeto só funciona com a doação de recurso do GEF
- Necessária a intervenção de um ente regulador CIPAV
- Pagamento por período de 5 anos, depois do qual espera-se as atividades silvipastoris gerem renda igual ou superior às atuais, mas com ganhos ambientais
- A continuidade do projeto após este período não é uma fato garantido. Práticas silvipastoris são mais complexas que o pastoreio convencional e a falta de incentivos pode desestimular alguns proprietários
- Após os 5 anos iniciais esperam-se recursos da venda de créditos de carbono e da venda dos produtos produzidos. O projeto enfrentará grandes desafios quando termine o financiamento inicial.

Pontos relevantes:

- O índice de serviços ambientais é um mecanismo interessante de incentivo, mas a relação entre a pontuação e o "serviço" esperado, especialmente o de biodiversidade, não é direta nem precisa. Baseia-se, principalmente, em inferências e conhecimentos previamente adquiridos – aprender fazendo.
- Os valores determinados e os pontos atribuídos a cada tipo de uso do solo não guardam relação com a biodiversidade
- Custos de transação elevados

FONAFIFO (Fondo Nacional de Finaciamiento Forestal) – Costa Rica

Tipo de serviço ambiental remunerado	Hidrológico, biodiversidade, seqüestro de carbono e paisagístico
Beneficiários	Usuários de água, sociedade costarriquenha e sociedade global

- Aplicação do instrumentos econômicos como resposta ao desmatamento acentuado desde anos 60-70
- Desde 1970 se concediam isenções ficais para reflorestamento, criando uma base governamental institucional. Em 1979 se aprovou a primeira Lei Florestal

- Em 1996 foi aprovada a terceira Lei Florestal que trouxe uma série de inovações, entre as quais o estabelecimento do programa de Pagamento por Serviços Ambientais, a criação de um imposto sobre os combustíveis fósseis para financiar parte dos pagamentos, a criação do Sistema Nacional de Certificação Florestal para o Manejo dos Bosques, e o Fundo Nacional de Financiamento Florestal FONAFIFO
- ❖ A terceira Lei Florestal apresentou duas mudanças importantes: (1) os incentivos deixam de ser para as indústrias madeireiras e passam a ser para a prestação de serviços ambientais e (2) a fonte de financiamento deixa de ser o orçamento governamental e passa a ser o imposto sobre combustíveis fósseis e o os pagamentos realizados pelos beneficiários dos serviços ambientais.

- ❖ Os proprietários de terra que queiram participar do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais devem comprovar a titularidade da terra e provar que não efetuaram desmatamentos nos dois anos anteriores à solicitação. Além disso, devem apresentar um plano de manejo da propriedade, certificado por um técnico florestal autorizado
- Uma vez que os planos são aceitos no programa, os proprietários devem realizar as práticas de manejo previstas, pelas quais receberão pagamentos pelo período de 5, 10 ou 15 anos, dependendo do contrato
- Os contratos de conservação de florestas prevêem pagamentos por 5 anos aos proprietários que protegem as florestas (primárias e secundárias). Os contratos de reflorestamento prevêem o plantio de árvores em terras agrícolas ou abandonadas e o acompanhamento das árvores pelo período de 15 anos, ainda que os pagamentos sejam realizados nos primeiros 5 anos

Como ocorre o pagamento:

Cada ano se emite um decreto presidencial determinando as prioridades de investimento do FONAFIFO, os valores disponíveis e o valor a ser pago por hectare de cada modalidade prevista

> Em 2007:

Modalidade de PSA	Hectares/árvores
Reflorestamento	6.000 hectares
Regeneração natural	400 hectares
Proteção das florestas	62.855 hectares
Sistema agroflorestal	600.000 árvores

Como ocorre o pagamento:

- > Em 2007:
 - US\$ 320 por hectare (proteção da floresta), período 5 anos (+5 anos)
 - US\$ 816 por hectare (reflorestamento), período 10 anos
 - US\$ 205 por hectare (regeneração natural), período 5 anos
 - US\$ 205 por hectare (regeneração natural em áreas de pastagens desmatadas antes de 1989), período de 5 anos (+5 anos)
 - US\$ 1,30 por árvore (sistemas agroflorestais), período 3 anos

Pontos relevantes:

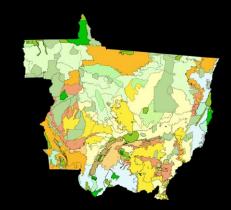
- Decisões anuais renovadas conforme demandas estratégicas do país e aspectos da conjuntura internacional
- Grandes diferenciais: (1) decisão pela criação do programa partiu dos níveis mais altos do governo; (2) criação do FONAFIFO
- Não existe relação direta entre os valores repassados e os serviços prestados
- Formas de manejo e conservação florestal não geram recursos econômicos, diferente dos SAFs sem garantia de continuidade

Restauro Florestal nas APPs degradadas dos formadores do Xingu, corredor Xingu e o mercado de carbono

Pagamento pelos serviços ambientais e manutenção da diversidade socioambiental

















Bacia do Xingu

Área Total da Bacia do Xingu (MT e PA):

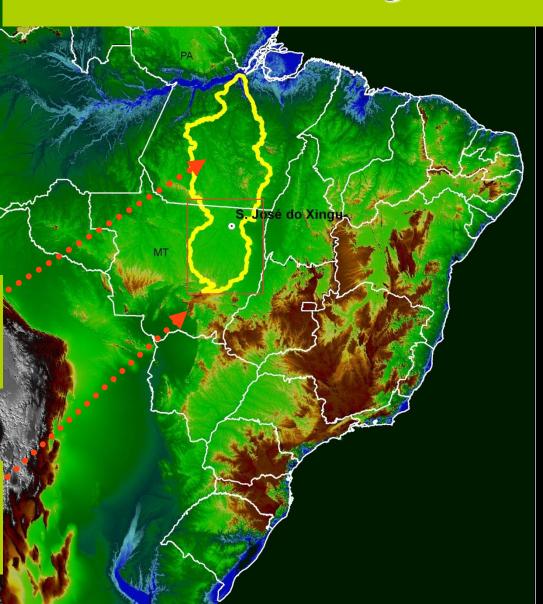
51,1 milhões de hectares

Área da Bacia do Xingu no Pará:

33,4 milhões de hectares

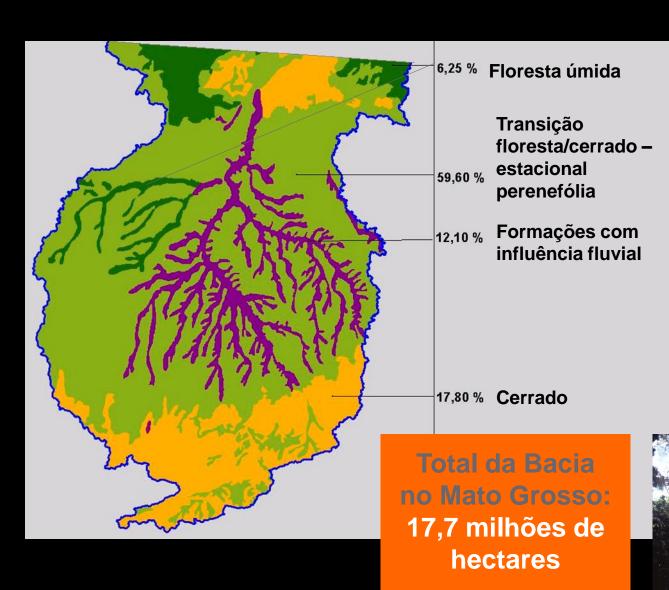
Área da Bacia do Xingu no Mato Grosso:

17,7 milhões de hectares





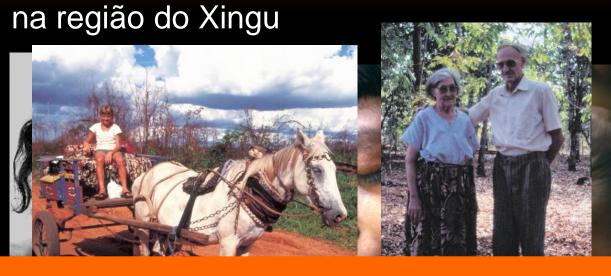
Ecossistemas da Bacia do rio Xingu no Mato Grosso onde estão as Nascentes





Paisagens

Diversidade Socioambiental

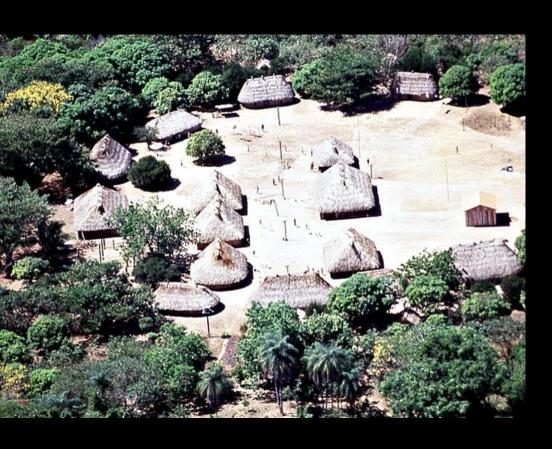


Migrantes vieram entre os anos 1970 e 1990





Ocupação tradicional



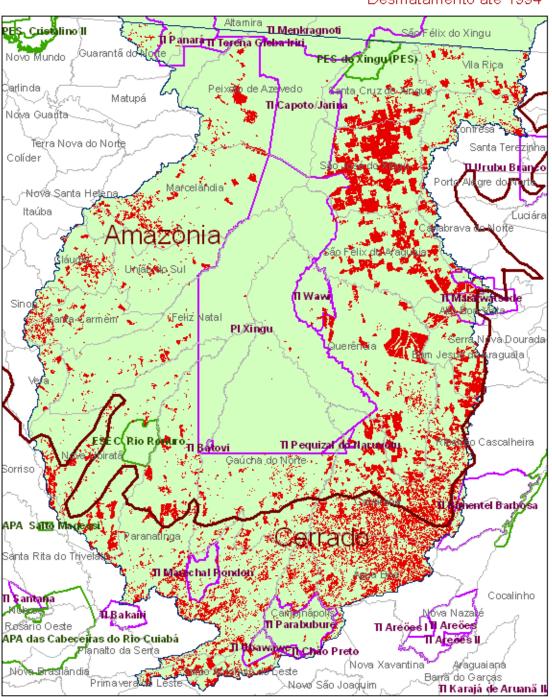




Avanço da fronteira agropecuária



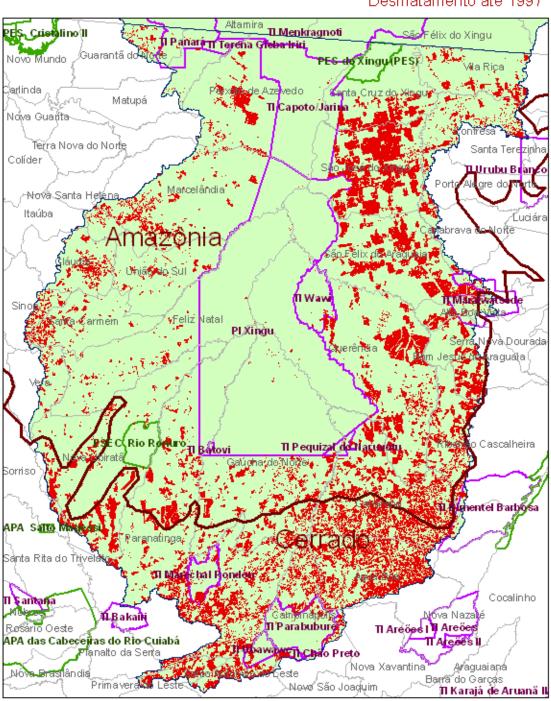




Bacia do Xingu no Estado do Mato Grosso (Fonte: ISA)

Área Desmatada: 14%

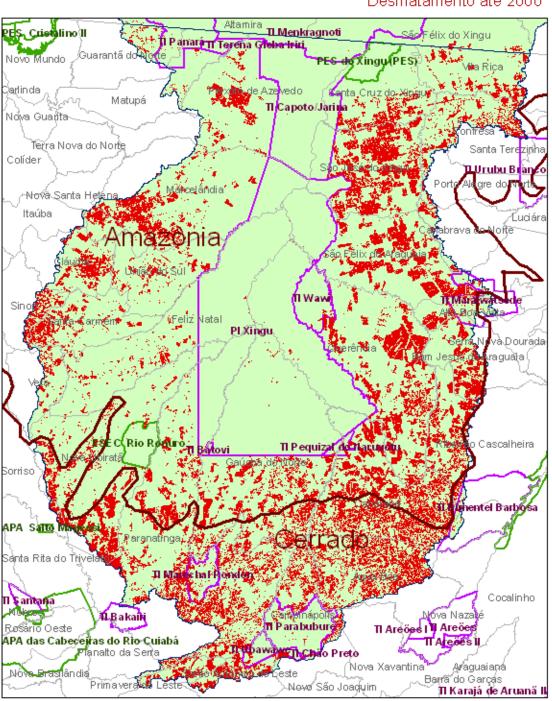
Excluindo TI e UC: 18%



Bacia do Xingu no Estado do Mato Grosso (Fonte: ISA)

Área Desmatada: 17,4%

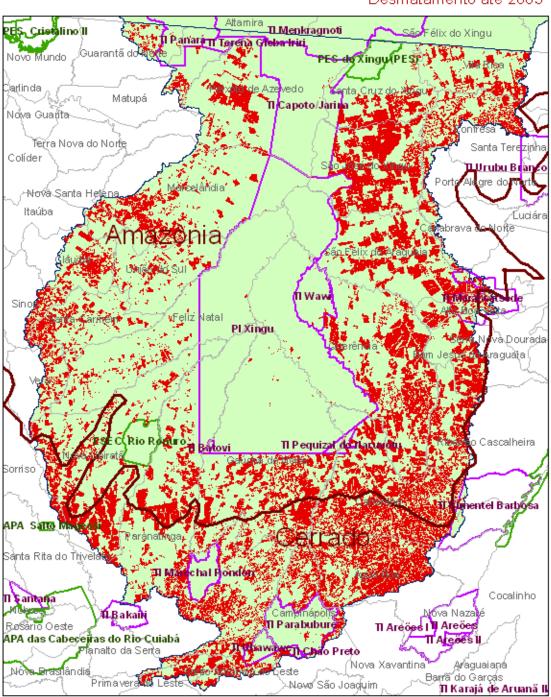
Excluindo TI e UC: 22,5%



Bacia do Xingu no Estado do Mato Grosso (Fonte: ISA)

Área Desmatada: 19,4%

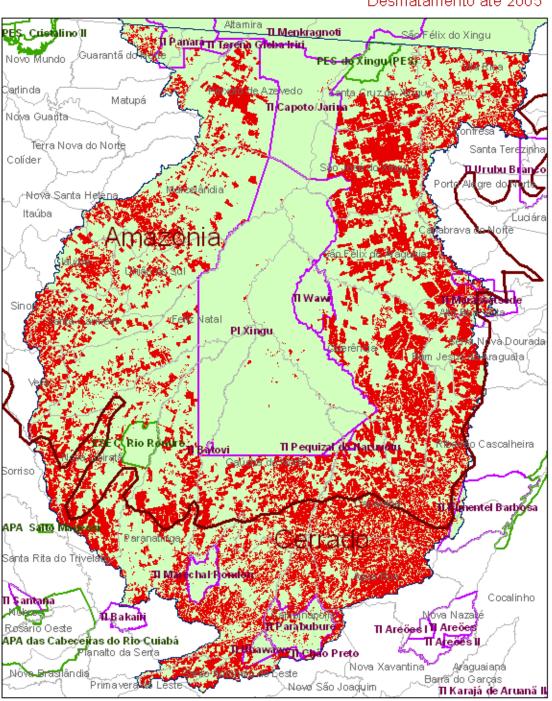
Excluindo TI e UC: 25,4%



Bacia do Xingu no Estado do Mato Grosso (Fonte: ISA)

Área Desmatada: 25,7%

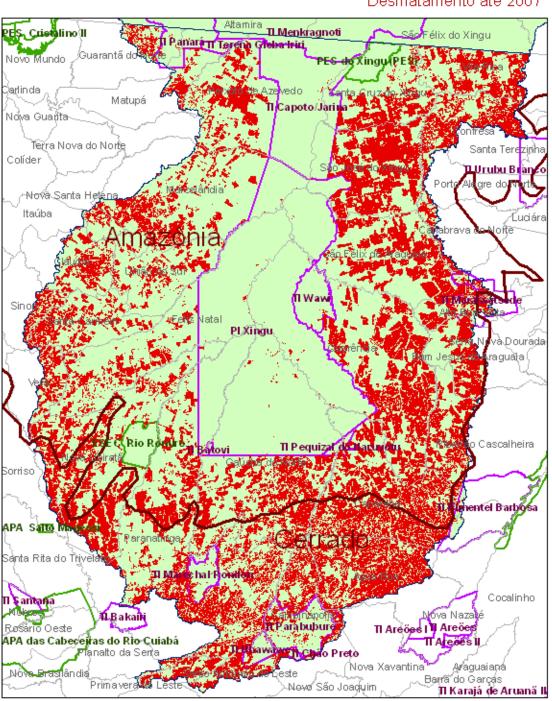
Excluindo TI e UC: 33,8%



Bacia do Xingu no Estado do Mato Grosso (Fonte: ISA)

Área Desmatada: 31,4%

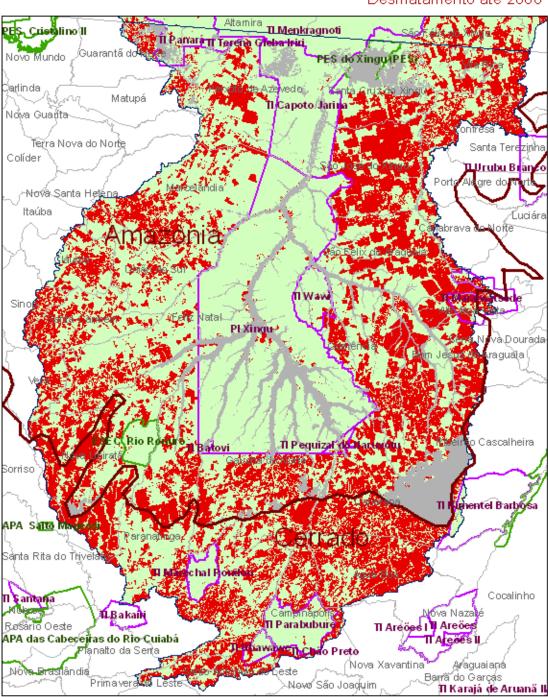
Excluindo TI e UC: 40,8%



Bacia do Xingu no Estado do Mato Grosso (Fonte: ISA)

Área Desmatada: 33,3%

Excluindo TI e UC: 43%



Bacia do Xingu no Estado do Mato Grosso

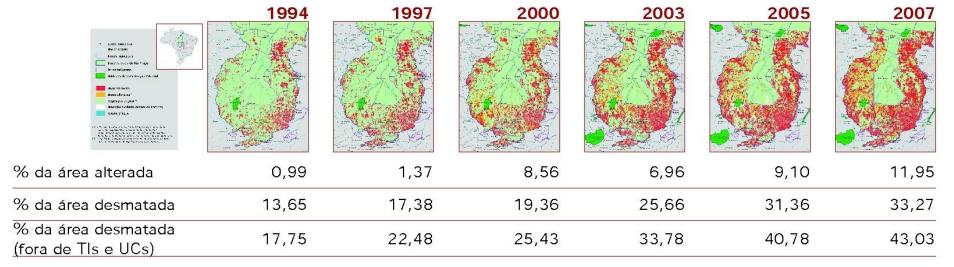
Área Desmatada: 36,7% da área monitorada

Excluindo TI e UC: 46,2% da área monitorada

Área não monitorada: 8,9% das cabeceiras do Xingu

Legenda Limite de Biomas Limites Municipais UCs Estaduais Terras Indígenas Área não monitorada (classe "não floresta"-PRODES) Desmatamento Limite da Bacia

Desmatamento nas Cabeceiras do Xingu



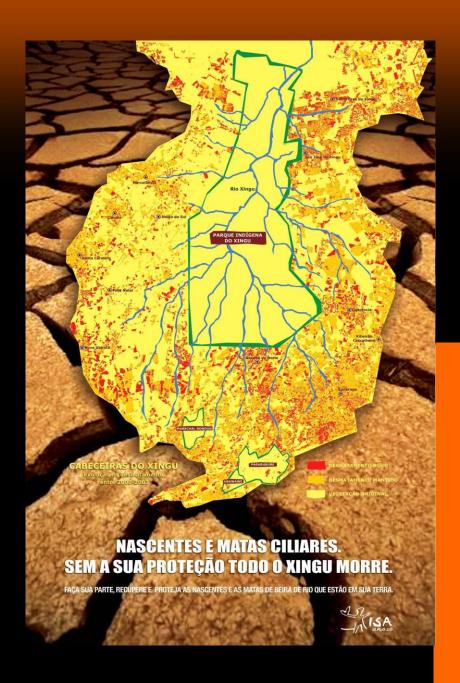












Campanha 'Y lkatu Xingu

(surge a idéía da responsabilidade socioambiental compartilhada)

Outubro 2004 340 participantes organizações dos diferentes setores

Eixos de Ação Formação e Restauração educação florestal Articulação e Comunicação











Plantio Mecanizado de Sementes Florestais



RESTAURAÇÃO FLORESTAL

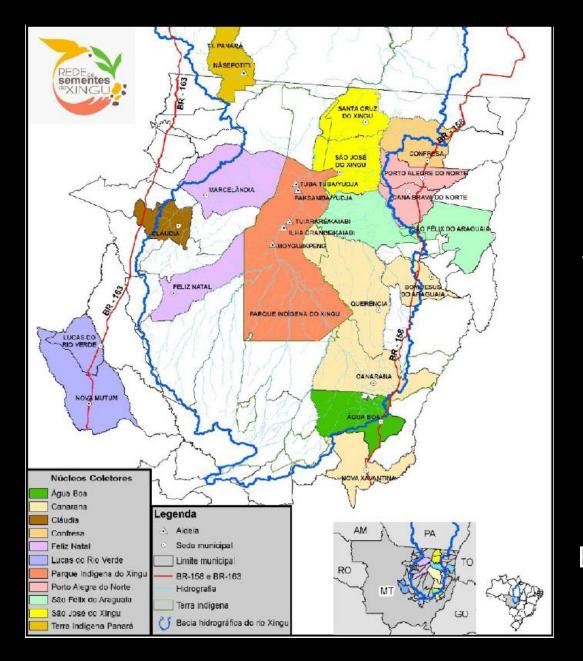








Estrutura e Funcionamento da Rede



300 coletores
15 núcleos coletores
12 sub-núcleos coletores
10 assentamentos
7 comunidades indígenas
25 organizações de 22

2 casas de sementes3 viveiros municipais

municípios

Em 2010, 25 toneladas de sementes de 214 espécies

Estrutura e Funcionamento da Rede

EVOLUÇÃO DA REDE DE SEMENTES DO XINGU

SEMENTES DO XINGO	2007	2008	2009	2010	TOTAL
Sementes Comercializadas (Ton)	5	8	15	25	53
Coletores	10	50	240	300	300
Espécies Comercializadas	120	125	207	214	214
Hectares restaurados por sementes	223	256	300	300	1079
Recursos gerados	R\$ 9.000	R\$ 80.000	R\$ 150.000	R\$ 220.000	R\$ 459.000

Potencial de captura de CO₂

(em 30 anos)





190 ton/ha.

350 ton/ha.

Custos do restauro

Custo de recuperação de áreas degradadas

R\$ 7.300/ha.

Custo do monitoramento do carbono

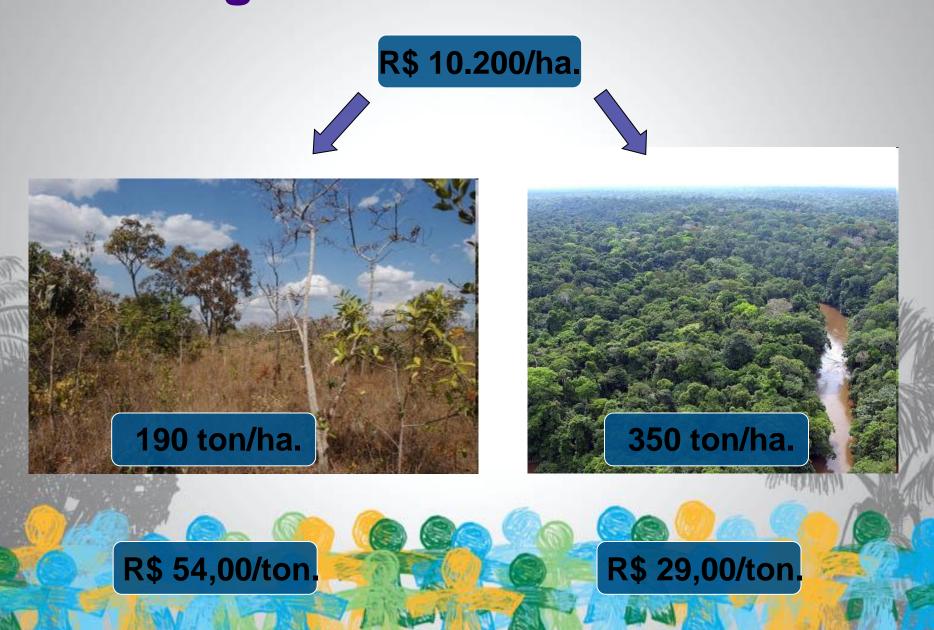
R\$ 1.500/ha.

Custo do monitoramento R\$ 1.400/ha. do carbono

Custo TOTAL

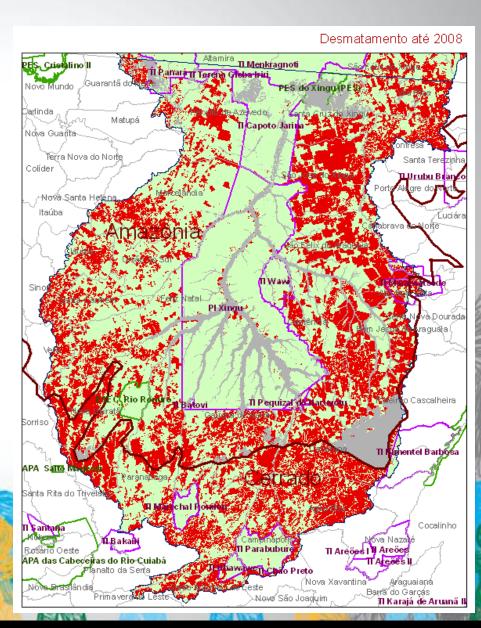
R\$ 10.200/ha.

PSA – lógica do mercado



PSA – lógica dos ecossistemas

PSA - oimportante é a manutenção das condições que favorecem a prestação do serviço



PSA – lógica dos ecossistemas

R\$ 10.200/ha. Não necessariamente a valoração do Servico 350 ton/ha. 190 ton/ha. R\$ 29,00/ton. R\$ 54,00/ton.

'Y Ikatu Xingu

Missão: restaurar as nascentes do rio Xingu

Diferencial:

- Não plantamos para capturar carbono
- Capturamos carbono porque plantamos

'Y Ikatu Xingu

Apoiadores Diretos













Ministério do Meio Ambiente

Ministério do Desenvolvimento Agrário

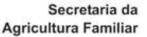






Grendene'



































Marcelo Hercowitz marcelohz@socioambiental.org Tel. 11 8255-0002

www.socioambiental.org www.yikatuxingu.org.br



Equilíbrio socioambiental. Pense bem antes de mexer.







Diversidade Socioambiental no Coração do Brasil